



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública**

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE SETEMBRO

Outubro 2023

ÍNDICE

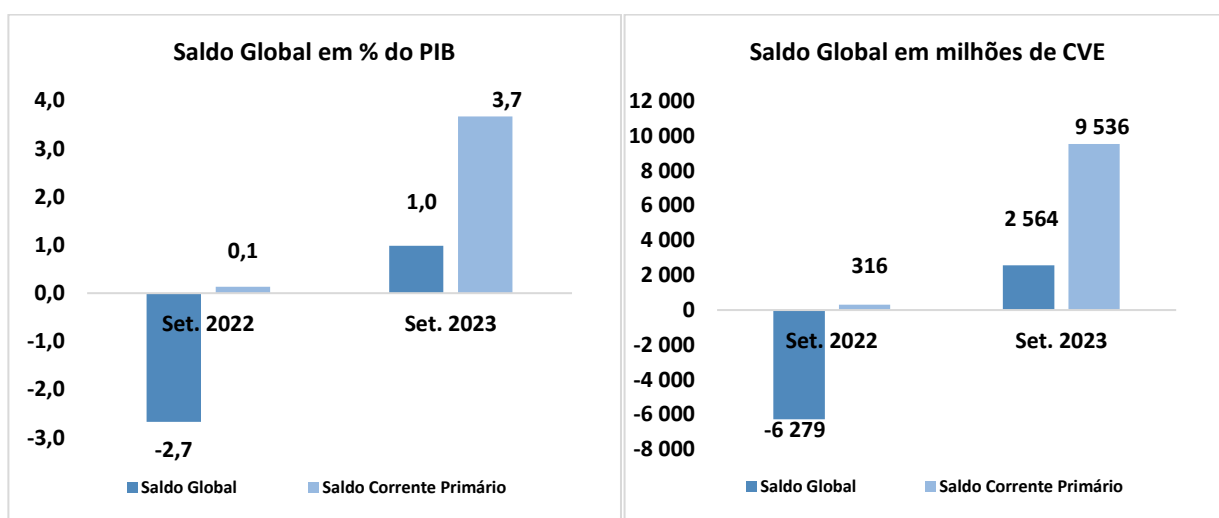
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	14
3.3.	Por Tipo de Financiamento	15
4.	Dívida Pública	16

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em setembro de 2023, foi positivo em 2.563,6 milhões de CVE, traduzindo-se num superavit de 1,0% do PIB¹. Esse resultado reflete uma melhoria de 3,7 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 3,5 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 3,7%, decorrente do aumento das receitas, justificado essencialmente pela retoma da atividade económica, pese embora os efeitos da guerra na Ucrânia.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em setembro de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 28,0% (+10.553,0 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 3,7% (+1.532,6 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com aquisições de bens e serviços, juros correntes, benefícios sociais, subsídios e transferências;
- do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 7,0% (+177,4 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasings* do PIB, base 2015.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023			
	Orç. Inicial	Conta III Trim	Orç. Inicial	Set	Grau Exec	Tax. Hom
1. Total Receitas	58 196	37 682	64 238	48 235	75,1	28,0
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	36 598	58 230	46 451	79,8	26,9
Impostos	41 184	32 006	44 350	37 021	83,5	15,7
Segurança Social	71	54	71	59	83,0	10,1
Transferências (donativos)	3 982	1 083	6 009	1 784	29,7	64,6
Corrente	2 820	960	2 970	1 321	44,5	37,6
Capital	1 162	123	3 038	462	15,2	274,9
Outras Receitas	12 960	4 538	13 808	9 370	67,9	106,5
2. Total Despesas	62 112	41 434	66 108	42 967	65,0	3,7
Despesas com Pessoal	24 326	16 528	24 581	15 720	64,0	-4,9
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	6 699	14 765	7 900	53,5	17,9
Juros Correntes	5 541	3 918	5 877	4 475	76,1	14,2
Subsídios	1 008	1 388	2 022	1 897	93,9	36,7
Transferências	6 663	3 900	6 502	4 066	62,5	4,3
Corrente	6 097	3 627	5 899	3 810	64,6	5,1
Capital	566	273	604	256	42,3	-6,4
Benefícios Sociais	8 316	6 401	9 143	7 047	77,1	10,1
Outras despesas correntes	3 868	1 915	3 218	1 183	36,8	-38,2
Valor a regularizar	0	685	0	678	-	-1,0
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-3 752	-1 869	5 268	-281,8	-240,4
4. Ativos não Financeiros	10 217	2 527	11 156	2 704	24,2	7,0
Compra ativos não financeiros	10 625	2 946	11 904	2 810	23,6	-4,6
Venda ativos não financeiros	408	419	747	106	14,2	-74,7
5. Global Global (1-2-4)	-14 134	-6 279	-13 026	2 564	-19,7	-140,8
Saldo global (em percentagem do PIB)	-6,0	-2,7	-5,0	1,0	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	316	1 573	9 536	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,4	0,1	0,6	3,7	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-2 361	-7 149	7 039	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,7	-1,0	-2,7	2,7	-	-
6. Financiamento	14 134	5 790	13 026	-3 035	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	105	1 955	827	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	151	194	52	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	-977	-1 851	-460	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	-1 939	-2 200	-2 002	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	2 870	3 685	3 237	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	5 685	11 071	-624	-	-
Interno líquido	11 412	7 092	6 641	132	-	-
Sistema bancário	11 597	6 981	6 828	1 298	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-94	-187	-60	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BC	0	613	0	142	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-763	0	-1 029	-	-
Outras operações de tesouraria	0	-2 774	0	-3 170	-	-
Sistema não bancário	0	3 128	0	-287	-	-
Externo líquido	7 085	-1 407	4 430	-756	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	4 377	15 013	6 406	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-5 785	-10 606	-7 162	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-489	0	-471	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até setembro de 2023 cifraram-se em 48.340,5 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 26,9%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023			
	Orç. Inicial	Conta III Trim	Orç. Inicial	Set	Grau Exec	Tax. Hom
Impostos	41 184	32 006	44 350	37 021	83,5	15,7
Imposto único sobre rendimentos	11 230	7 026	10 968	9 213	84,0	31,1
IR-PS	6 799	4 583	6 923	4 790	69,2	4,5
IR-PC	4 431	2 443	4 045	4 423	109,3	81,1
Outros impostos directos	649	378	165	491	297,6	29,9
Tributo Especial Unificado - TEU	617	378	132	490	371,4	29,9
Taxa de Incêndio	31	1	33	1	2,3	32,9
Imposto sobre bens e serviços	20 129	16 795	23 037	19 143	83,1	14,0
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	13 042	17 939	14 914	83,1	14,3
IVA DGA	8 934	7 818	9 551	7 773	81,4	-0,6
IVA DGI	6 892	5 224	8 389	7 141	85,1	36,7
Imposto consumo especial	2 477	2 274	2 605	2 287	87,8	0,6
Taxa de Tabaco	323	254	470	256	54,4	0,8
Contribuição turística	475	521	946	960	101,4	84,3
Taxa ecológica	728	499	756	514	68,0	3,1
Taxa estatística aduaneira	300	206	320	214	66,8	3,8
Impostos sobre transações internacionais	8 407	7 205	9 351	7 546	80,7	4,7
Direitos de importação	8 067	6 895	8 991	7 224	80,3	4,8
Taxa comunitária CEDEAO	340	310	360	323	89,6	4,0
Outros impostos	769	602	829	628	75,7	4,2
Imposto de selo	719	560	769	585	76,1	4,4
Imposto especial sobre jogos	50	42	60	43	70,9	2,2
Segurança Social	71	54	71	59	83,0	10,1
Contribuições para a segurança social	0	53	0	59	-	10,2
Outras Contribuições	0	0	1	0	79,4	6,3
Transferências	3 982	1 083	6 009	1 784	29,7	64,6
De Governos Estrangeiros	3 378	484	5 225	1 343	25,7	177,8
Ajuda Orçamental	825	0	849	110	13,0	-
Ajuda Alimentar	300	121	98	96	97,9	-20,1
Donativos directos	2 253	355	4 278	1 136	26,6	220,4
De Organizações Internacionais	80	324	302	155	51,4	-52,1
Das Administrações Públicas	523	276	481	286	59,3	3,5
Outras Receitas	12 960	4 538	13 808	9 370	67,9	106,5
Rendimentos de propriedade	5 444	244	5 562	4 437	79,8	1721,0
Venda de bens e serviços	5 957	3 892	6 716	4 275	63,7	9,9
Multas e outras penalidades	342	173	361	318	88,1	83,9
Outras transferências	337	77	391	170	43,5	120,9
Outras receitas diversas e não especificadas	880	153	778	169	21,8	10,8
Receitas	58 196	37 682	64 238	48 235	75,1	28,0
Ativos e Passivos	408	419	747	106	14,2	-74,7
Ativos não Financeiros	408	419	747	106	14,2	-74,7
TOTAL RECEITAS	58 604	38 101	64 986	48 341	74,4	26,9

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até setembro de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 48.234,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 28,0%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+31,1%), dos impostos indiretos (+11,0%), segurança social (+10,1%), outras receitas (+106,5%) e das transferências (+64,6%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 31,1% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ascendeu no período a 4.789,5 milhões de CVE, registando um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior em 4,5% (+206,7 milhões de CVE), resultante da evolução positiva das categorias A, B, C e E em 8,7%, 2,5%, 6,4% e 16,7%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que apenas as categorias A e E superaram os montantes previstos para o período, tendo o IR-PS registado uma cobrança abaixo do previsto em 402,6 milhões de CVE (-7,8%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 4.423,3 milhões de CVE, dos quais, 2.377,4 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 2.045,8 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no período homólogo anterior, em 1.980,4 milhões de CVE (+81,1%) e da previsão, em +1.389,2 milhões de CVE (+45,8%). A performance de arrecadação resulta do aumento exponencial da cobrança tanto em sede do imposto sobre lucro, como em sede do fracionado de março e agosto.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 490,5 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 29,9% (+112,8 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento da atividade económica e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 48,1 milhões de CVE.
- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de junho com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 11,0% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução 14.913,8 milhões de CVE, apresentando uma variação homóloga positiva na DGCI e negativa na DGA. Por fonte de arrecadação, constatou-se que 52,1% (7.773,1 milhões de CVE) foi realizada pela DGA e 47,9% (+7.140,7 milhões de CVE) pela DGCI, sendo que no IVA-DGA apurou-se um decréscimo de 0,6% (-44,9 milhões de CVE) e no IVA-DGCI um acréscimo de 36,7% (+1.916,3 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente, nos setores de: alojamento e restauração (+1.414,0 milhões de CVE; 137,1%); indústrias transformadoras (+132,3 milhões de CVE; 23,7%); atividades de informação e comunicação (+102,4 milhões de CVE; 18,6%); e atividades administrativas e dos serviços de apoio (+101,9 milhões de CVE; 31,4%). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 13,3 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.873 em 2022 para 2.075 em 2023.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 959,7 milhões de CVE, representando um aumento em face ao montante cobrado no mesmo período de 2022, 84,3% (+438,9 milhões de CVE), justificado pelo aumento substancial da procura turística registado, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 4,7% (+341,3 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance desses impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2022, verificou-se uma variação positiva quer ao nível do Direito de Importação (DI) em 4,8% (+328,9 milhões de CVE), justificado pelo aumento da importação, mas também pelo agravamento de taxas, quer ao nível da Taxa Comunitária CEDEAO em 4,0% (+12,4 milhões de CVE), justificado pelo aumento generalizado de preços importados.
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 584,8 milhões de CVE, dos quais 367,9 milhões de CVE provenientes das operações

financeiras e 216,9 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de 24,6 milhões de CVE (+4,4%) em face ao período homólogo anterior e de +8,3 milhões de CVE (+1,4%) quando comparado com a cobrança prevista para o período.

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 2,2% (+0,9 milhões de CVE), refletindo o dinamismo da atividade turística registado no período.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 255,6 milhões de CVE correspondente a um aumento de 0,8% (+1,9 milhões de CVE) quando comparado ao período homólogo, em face ao agravamento de taxas.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 213,7 milhões de CVE, apresentando um acréscimo de 3,8 % (+7,7 milhões de CVE), em relação ao mesmo período de 2022.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.783,7 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 64,6% (+700,3 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2022. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +859,4 milhões de CVE, justificado pela entrada da ajuda orçamental do Luxemburgo, ajuda alimentar e donativos diretos, pela diminuição das transferências de organizações internacionais em -168,9 milhões de CVE, bem como nas transferências às administrações públicas em +9,7 milhões de CVE.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 106,5% (+4.832,2 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rubricas:

- Rendimentos de propriedade (+4.193,6 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela entrada da renda de concessões aeroportuárias;
- Venda de bens e serviços (+383,8 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais; dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal; e

- Multas e outras penalidades (+145,2 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em setembro de 2023, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 74,7% (-313,2 milhões de CVE) comparativamente a setembro de 2022, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em setembro de 2023, atingiram os 45.776,9 milhões de CVE, registando um acréscimo de 3,1% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2022		2023			
	Orç. Inicial	Conta III Trim	Orç. Inicial	Set	Grau Exec.	Tax. Hom
Despesas com Pessoal	24 326	16 528	24 581	15 720	64,0	-4,9
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	14 932	22 414	14 801	66,0	-0,9
Segurança Social	2 120	1 596	2 167	918	42,4	-42,4
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	6 699	14 765	7 900	53,5	17,9
Juros Correntes	5 541	3 918	5 877	4 475	76,1	14,2
Dívida interna	3 413	2 405	2 315	2 432	105,0	1,1
Dívida externa	2 052	1 479	3 486	1 989	57,1	34,4
Outros encargos	76	34	77	55	71,4	60,1
Subsídios	1 008	1 388	2 022	1 897	93,9	36,7
Transferências Correntes	6 663	3 900	6 502	4 066	62,5	4,3
Governos Estrangeiros	504	106	598	127	21,2	19,1
Organismos Internacionais	472	16	474	30	6,4	83,5
Administração Pública	5 687	3 777	5 431	3 870	71,3	2,4
Para Outras Entidades				39	-	-
Benefícios Sociais	8 316	6 401	9 143	7 047	77,1	10,1
Outras Despesas Correntes	3 868	1 915	3 218	1 183	36,8	-38,2
Valor a regularizar	0	685	0	678	-	-1,0
Despesas	62 112	41 434	66 108	42 967	65,0	3,7
Ativos e Passivos	10 625	2 946	11 904	2 810	23,6	-4,6
Ativos não Financeiros	10 625	2 946	11 904	2 810	23,6	-4,6
TOTAL DESPESAS	72 737	44 380	78 012	45 777	58,7	3,1

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 30 de Setembro de 2023, as despesas executadas totalizaram o montante de 42.966,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 3,7% em relação ao executado em 2022. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+17,9%), Subsídios (+36,7%), Juros correntes (+14,2%), Transferências (+4,3%), Benefícios Sociais (+10,1%) e conjugado com a diminuição Despesa com o pessoal (-4,9%) de Outras Despesas (-38,2%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um decréscimo na ordem dos 4,9% (-808,1 milhões de CVE), decorrente, essencialmente, de despesas:
 - i. Contribuição para Segurança Social (-684,5 milhões de CVE), justificado pelo atraso no processamento de pagamento das contribuições, na decorrência da implementação do novo sistema de envio da FOS (folha ordenado e salário);
 - ii. Pessoal do quadro (-231,2 milhões de CVE), derivado: (i) da mudança de regime do pessoal do quadro para aposentação; (ii) da demora na tramitação dos processos de concursos públicos; e (iii) da progressão e promoção de funcionários de DNRE, que ocorreram em 2022, conforme o B.O nº 16 de II série de 2 de fevereiro 2022.

- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 11,8% (+792,2 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+947,3 milhões de CVE), com realce ao contrato para o fornecimento de bens e serviços, no âmbito da implementação dos seguintes projetos: “Sistema integrado de controlo de fronteiras”; “Harmonização e melhoria das estatísticas na África Ocidental”, destacando o pagamento do IV Inquérito das despesas e receitas familiares; “Preparação e resposta a Covid-19”, realçando a aquisição de 5.000 kits teste SARS-COV-2; “Garantia da Assistência Judiciária”; “Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde/UGPE”; “Preparação do projeto acesso

- financiamento Mpmes”, “Poser - programa de promoção de oportunidades socioeconómicas rurais III Fase”;
- ii. “Deslocação e Estadas” (+138,2 milhões de CVE), registando uma maior execução, em termos absolutos, no Gabinete do Primeiro Ministro, na Assembleia Nacional, no ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto, nos Ministérios das Finanças e do Fomento Empresarial, da Agricultura e Ambiente, dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e Integração Regional, das Comunidades, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e o da Justiça;
 - iii. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+193,0 milhões de CVE), no âmbito do serviço prestado ao setor da Justiça (SNIAC), referente a produção personalizada e envio do CNI (Cartão Nacional de Identificação), do PEC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e do TRE (Título de Residência Estrangeiro), com os recursos consignados do Cofre Geral da Justiça, da preparação dos projetos Cabo Verde Digital, Restruturação do setor Empresarial do Estado e projeto piloto de economia no ciclo urbano da água – etar de Santa Cruz”;
 - iv. “Honorários” (+104,8 milhões de CVE), com destaque aos setores das Finanças e do Fomento Empresarial, da Educação, da Saúde, da Agricultura e Ambiente, do Turismo e Transportes, da Cultura e das Indústrias Criativas, das Comunidades e da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social;
 - v. “Energia Elétrica” (+40,1 milhões de CVE) referente a regularização de pagamento de consumo de energia;
 - vi. “Livros e Documentos Técnicos” (+34,8 milhões de CVE), com destaque ao setor da Educação, na Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar, referente ao pagamento da impressão e reimpressão de manuais escolares para o ano letivo 2022/2023;
 - vii. “Rendas e Alugueres” (+28,8 milhões de CVE);
 - viii. “Publicidade e Propaganda” (+31,7 milhões de CVE), com realce ao Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, no âmbito do projeto “Preparação PEDS II”, “Fomento do Empreendedorismo Jovem”, “Sorteio da fatura da

- felicidade”, “Quarta comunicação para a mudança climáticas” e “Qualidade prestação de serviço”;
- ix. “Publicidade dos Atos e Decisões Administrativas” (+10,8 milhões de CVE), com realce ao Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministro e na Assembleia Nacional, na liquidação das faturas pendentes junto da Imprensa Nacional de Cabo Verde;
 - x. “Vigilância e Segurança” (+14,7 milhões de CVE), com destaque aos setores, da Educação, da Saúde, das Finanças e do Fomento Empresarial, da Justiça e da Cultura e das Indústrias Criativas.
- o A despesa com os juros registou um acréscimo de 14,2% (+556,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 34,4% (+509,4 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
 - o Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 36,7% (+509,7 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e do pagamento da indemnização compensatória pelas imposições de serviço público de transporte marítimo inter-ilhas;
 - o Os “Benefícios Sociais” aumentaram 10,1% (+646,1 milhões de CVE), justificado essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação 8,3% (+335,2 milhões de CVE), pensões do regime não contributivo em 9,0% (+129,6 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 11,6% (+31,0 milhões de CVE) bem como a rubrica outros benefícios sociais em numerário em 25,4% (+87,5 milhões de CVE) e evacuação de Doentes em 6,2% (+17,8 milhões de CVE);

- As “Transferências Correntes” tiveram um agravamento de 4,3% (+165,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica:
 - i. Municípios corrente em 7,7% (+204,0 milhões de CVE), justificado pelo projeto “Reforço do sistema alimentar das famílias em situação aguda de insegurança alimentar e nutricional” financiado pela FAO/donativos, do acordo de crédito novos bloco residencial Sal e Boavista decorrente dos contratos programas financiados pelo Fundo Desenvolvimento do Turismo e “Serviço de Desenvolvimento do setor das pescas” com financiamento das receitas consignada – Fundo das pescas, na atribuição de apoios juntos dos pescadores.
 - ii. Quotas aos organismos internacionais correntes em 84,9% (+13,7 milhões de CVE);
 - iii. Acréscimo de Outras transferências a administrações públicas de capital (+9,1 milhões de CVE), no âmbito do programa de promoção de oportunidades socioeconómicas rurais III fase;
 - iv. Outras transferências em 100,0% (+39,3 milhões de CVE);
 - v. Conjugado com a diminuição das rúbricas outras transferências de administrações públicas correntes em 11,2% (-92,6 milhões de CVE), Municípios de capital em 16,7% (-32,4 milhões de CVE), Id Outros transferências 100,0% (-14,8 milhões de CVE), Fundos e serviços autónomos correntes em 54,7% (-1,8 milhões de CVE).

- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 38,2% (-732,0 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pela diminuição da rubrica Organizações não Governamentais em 473,8 milhões de CVE (no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, maio 2021 e outubro 2021 respetivamente) e Indeminizações em 367,0 milhões de CVE.

O valor da despesa por regularizar, em setembro situou-se na ordem dos 677,6 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Postos Consulares e à Comissão Nacional de Eleições, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no

processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 2.810,2 milhões de CVE, registando uma variação negativa em termos absolutos, de 135,8 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 644,3 milhões de CVE, “Terminal de Cruzeiros” com uma execução de 632,9 milhões de CVE, “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 172,7 milhões de CVE, “Aquisição de Bens e Serviços” com uma execução de 172,2 milhões de CVE, “Habitações Sociais” com execução de 152,8 milhões de CVE, “Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia em CV em 6 Ilhas” com uma execução de 96,4 milhões de CVE, “Construção, Ampliação e Remodelação de Infra- Estruturas Educativas” com uma execução de 94,7 milhões de CVE, “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” com uma execução de 48,9 milhões de CVE, “Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão” com uma execução de 41,1 milhões de CVE, “Modernização da DNRE” com uma execução de 34,6 milhões de CVE, “Funcionamento - Hospital Central Agostinho Neto” com uma execução de 34,3 milhões de CVE, “Sistema de produção e distribuição de água em santiago” com uma execução de 25,6 milhões de CVE, “Funcionamento - Assembleia Nacional” com uma execução de 25,1 milhões de CVE, “Capital humano _ setor habitação” com uma execução em 23,4 milhões de CVE, “DGASP - Implementação de políticas e promoção do desenvolvimento rural” com uma execução de 23,1 milhões de CVE, “Construção e reabilitação de infraestruturas desportivas” com uma execução de 22,9 milhões de CVE, “Resiliência do setor agrário com as mudanças climáticas em CV” com uma execução de 22,8 milhões de CVE, “Eletrificação rural santiago” com uma execução de 22,7 milhões de CVE, “Centro de artesanato de São Vicente” com uma execução de 22,0 milhões de CVE, “Obras e beneficiação dos edificação da justiça” com uma execução de 20,0 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que (despesas e ativos não financeiros), nota-se que 92,1% foram financiadas com recursos internos e 7,9% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os Donativos, na modalidade de ajuda a projetos diretos, totalizaram o montante de 1.354,2 milhões de CVE, equivalente a 37,4% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 326,0 milhões de CVE, a Holanda com 221,2 milhões de CVE, o Portugal com 105,8 milhões de CVE, as Nações Unidas com 97,8 milhões de CVE, o P.N.U.D com 91,8 milhões de CVE, o Global Environment Fund com 74,0 milhões de CVE, a União Europeia com 62,1 milhões de CVE, o F.A.O com 45,8 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento com 39,8 milhões de CVE, a Nama Facility-Giz com 38,2 milhões de CVE, a O.M.S com 33,2 milhões de CVE e o F.I.D.A com 26,4 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos (saldos transitados e desembolsos) ascenderam a 2.217,7 milhões de CVE, equivalente a 61,3% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 15 programas, com destaque para os seguintes projetos: “Turismo resiliente e desenvolvimento da economia azul em Cabo Verde/UGPE” (432,6 milhões de CVE), “Terminal de cruzeiros” (411,6 milhões de CVE), “Reestruturação do setor empresarial do Estado” (197,0 milhões de CVE), “FADSTMI-Sistema para o desenvolvimento do setor de transporte marítimo inter-ilhas” (181,9 milhões de CVE), “Harmonização e melhoria das estatísticas na África Ocidental” (169,8 milhões de CVE), “Poser - Programa de promoção de oportunidades socioeconómicas rurais III Fase” (138,3 milhões de CVE), “Preparação projeto Cabo Verde digital” (119,0 milhões de CVE), “Sistema de transmissão e distribuição de energia em CV em 6 ilhas” (96,4 milhões de CVE), “Implementação de rendimento social de inclusão” (92,4 milhões de CVE), “Preparação e resposta a Covid-19” (61,4 milhões de CVE), “Gestão das privatizações das SOE” (56,5 milhões de CVE), “Sistema de produção e distribuição de

água em Santiago” (46,3 milhões de CVE), “Capital humano - setor educação” (45,6 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Set	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	42 159	64,5	92,1
Tesouro (Rec. Int.)	64 432	41 794	64,9	99,1
OFN	965	365	37,8	0,9
Externo	12 615	3 618	28,7	7,9
Donativo	4 692	1 354,2	28,9	37,4
Empréstimo	7 834	2 217,7	28,3	61,3
Ajuda alimentar	88	46	52,3	1,3
Total da Despesa	78 012	45 777	58,7	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 30 de setembro de 2023, o stock da dívida pública, atingiu o montante de 293.041,1 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 90.508,2 milhões de CVE (34,8% do PIB) e à dívida externa 202.532,9 milhões de CVE (77,9% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 112,7%, cerca de 14,5 p.p. abaixo do registado em setembro de 2022.

Quadro 6 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	setembro 22	setembro 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	298 964,1	293 041,1	-2,0	127,2	112,7
Dívida Interna	93 606,2	90 508,2	-3,3	39,8	34,8
Dívida Externa	205 357,9	202 532,9	-1,4	87,4	77,9

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebasing* do PIB.